

## Atitudes Antissindicais na Regional de Goiás

São vários os problemas relacionados às condições de trabalho, à saúde dos trabalhadores e ao próprio clima organizacional que a categoria ecetista de Goiás tem enfrentado e, ao invés de buscar soluções para os vários problemas, a diretoria da DR/GO tem se empenhado somente em atacar a instituição sindical e tentar de todas as formas inviabilizar a luta da categoria e interferir na gestão sindical.

Todos devem se lembrar da convocatória que a diretoria regional fez a todo corpo gestor para irem à assembleia geral da categoria, no dia 26 de abril, votar contra a greve e a luta dos ecetistas, num momento de ampla mobilização nacional de todo o movimento sindical contra a privatização da Empresa, as péssimas condições de trabalho e a reestruturação produtiva e financeira pela qual a ECT passa. Além disso, são várias as declarações do diretor regional dizendo que “quer mesmo que se privatize”.

O caos está instalado na regional de Goiás! A falta de gestão com que tem sido dirigida esta regional é gritante! Faltam materiais de limpeza nas agências; falta diarista; nos complexos operacionais bloco A e bloco B, em Aparecida de Goiânia, a sujeira corre solta (fezes de pombos, fungos, poeira). O assédio moral é livre na DR/GO, mesmo existindo um grupo de trabalho, conforme cláusula 03 do acordo coletivo vigente, para inibir tais práticas.

A última pérola da diretoria foi



Imagem: Reprodução

escrever no Primeira Hora (na verdade Primeira Mentira) que o grande responsável pelo fechamento do Banco Postal em 148 agências é o SINTECT/GO. Que é devido à ação judicial do Sindicato que se tornou inviável o funcionamento do Banco Postal nestas agências de correios. Disse isso de forma capciosa, ardilosa e maliciosa, na intenção de jogar os trabalhadores contra o SINTECT-GO, assim como o fez em sua defesa na ação contra a suspensão das férias e também ao divulgar nas redes sociais uma lista de cálculos da ação do PCCS 95 antes mesmo do Sindicato ser notificado. Nota-se aí o despreparo e o quão mal assessorado é esta diretoria regional.

Vale ressaltar que mesmo com o fechamento do Banco Postal nas agências, os trabalhadores, principalmente os atendentes, continuarão à mercê dos assaltos, pois ainda operam com dinheiro. É o que a Empresa fará a respeito disso?

Trabalhadores(as) não caem nas mentiras disseminadas pela Empresa, pois a tática sempre foi de desmoralizar e desmontar todas as lutas do Sindicato. A ECT já de-

monstrou em vários acordos coletivos que não se preocupa com a segurança de seu bem maior, os trabalhadores. Durante as negociações, a reivindicação de portas detectoras de metal e segurança nas agências sempre foi ignorada. Estão preocupados apenas com o patrimônio e com o lucro, não com a vida. Ainda sim, o Sindicato continuará neste enfrentamento pela segurança dos trabalhadores(as), independente do funcionamento do Banco Postal.

A DR/GO quer a todo custo interferir na gestão sindical sobrepondo-se até mesmo à CLT e ao Acordo Coletivo, recusando-se a liberar os diretores eleitos deste Sindicato; recusando as liberações de visitas setoriais nos locais de trabalho; assediando moralmente os delegados sindicais, transferindo-os para outros turnos; ferindo o princípio básico da liberdade sindical e o princípio da interferência mínima na instituição sindical.

A prepotência e a truculência reinam na DR/GO. A palavra de ordem dessa diretoria é atacar o SINTECT-GO. Esse é o tom da conversa! É nesses momentos de ataques aos direitos dos trabalhadores e a tudo que simboliza a luta de classes e suas organizações, que os trabalhadores e trabalhadoras devem se unir ainda mais para os enfrentamentos, e isso significa também desmentir as várias falácias e engodos que a Empresa usa para desunir a categoria e jogar os trabalhadores contra os sindicatos.

# PCCS 95: Empresa reduz valor do realinhamento e Sindicato solicita atuação de perito judicial



**A** pós retirar referências salariais dos contracheques dos trabalhadores relativas as progressões por antiguidade e mérito do PCCS 95, a ECT apresentou cálculo das parcelas vencidas em valores que o Sindicato entende ser muito abaixo do devido.

## Entenda o caso

A Ação Civil Pública das progressões do PCCS 95 se encontra agora na fase de cálculo, para a apuração do realinhamento e das parcelas vencidas, cujo cálculo está sendo feito pelos Correios, após autorização do juiz.

Ainda que fosse esperado que o cálculo feito pela ECT fosse menor, uma vez que ela utiliza critérios de interpretação da sentença e do PCCS que o Sindicato entende não serem os corretos, a Empresa está reduzindo ainda mais o valor com base

em argumentos que o SINTECT-GO entende infundados. Embora tenha apresentado uma planilha geral, a Empresa precisa juntar aos autos o cálculo individualizado de cada trabalhador, tendo até o momento juntando cerca de 50% da documentação.

Assim, a solução no momento é aguardar a juntada de toda a documentação pela Empregadora, da qual o juiz dará vistas ao Sindicato, que solicitará a realização de perícia por especialista nomeado pelo juiz.

Lembrando que além dessa ação, há uma ação rescisória e uma cautelar que tenta suspender os realinhamentos em curso no Tribunal Superior do Trabalho, e o Sindicato trabalha para manter a quantidade de progressões que são devidas.

Como se trata de um cálculo muito complexo, que envolve vários anos, várias parcelas salariais, e cerca de três mil trabalhadores, não

há dúvidas que somente um perito poderá, dentro dos parâmetros corretos de interpretação da sentença e do PCCS, apurar o valor correto devido a cada trabalhador.

Apesar do Sindicato estar convicto que os parâmetros de interpretação da sentença e do PCCS utilizados pela Empresa causam substancial redução dos percentuais de realinhamento e dos valores vencidos, diversos trabalhadores procuraram o SINTECT-GO demonstrando que, mesmo ciente das perdas, têm interesse em receber o valor apurado no cálculo pela ECT.

Assim, o Sindicato está trabalhando em duas frentes: uma no processo, onde será feita a perícia judicial; e outra em tratativas administrativas com a ECT, na tentativa de viabilizar um formato para pagamento para aqueles que desejam receber o valor apurado pela Empregadora.